

PROJECTO CURRICULAR DE AGRUPAMENTO



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ABRAVESES
TRIÉNIO 2007/2010



“Construir o Projecto Curricular de Escola na base de uma lógica profissional é navegar no rio da mudança, rumo à margem da experiência, da inovação, da autonomia conquistada, da responsabilidade partilhada, abandonando o flanco da regulação, da aplicação da norma, da autonomia decretada”.

Pacheco, José A. (2002), Construção e Avaliação do projecto Curricular de Escola



ÍNDICE

1. METAS DO PROJECTO EDUCATIVO	5
2. OBJECTIVOS PEDAGÓGICOS	7
3. ÁREAS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIA	8
4. OPÇÕES DO AGRUPAMENTO COM VISTA À CONCRETIZAÇÃO DE INICIATIVAS QUE DÊEM RESPOSTA ÀS ÁREAS PRIORITÁRIAS.....	12
4.1. Organização e gestão das aprendizagens no quadro do Currículo Nacional.	12
4.2. Sugestões para a criação de um Plano de Intervenção relativamente às áreas destacadas.	13
4.3. Organização e gestão curriculares no quadro do Decreto-Lei 6/2001.....	16
4.4. Orientações para o desenvolvimento das Áreas Curriculares Não Disciplinares (1ºciclo, 2º e 3º ciclos).....	23
4.5. Oferta curricular alternativa ao Dec - Lei 6/2001 e Currículo Nacional	24
5. OPÇÕES ORGANIZATIVAS E DE FUNCIONAMENTO TENDO EM VISTA A REALIDADE ESCOLAR	25
5.1. Regime de funcionamento	25
5.2. Critérios que presidem à formação de turmas.....	27
5.3. Distribuição de serviço	29
5.4. Prioridades atendidas na elaboração dos horários dos alunos.....	30
5.5. Prioridades atendidas na elaboração dos horários dos professores	31
5.6. Sectores que intervêm de uma forma mais directa na gestão curricular	32
5.7. Ofertas alternativas/Complementos de formação	35
5.8. Parcerias/Protocolos de cooperação.....	37
6. FORMAÇÃO A PROMOVER, TENDO EM CONTA A DINÂMICA A IMPLEMENTAR	38
7. CURRÍCULO/COMPETÊNCIAS.....	39
7.1. Conceito de Currículo	39
7.2. Competências Gerais.....	42
8. PRINCÍPIOS ORIENTADORES PARA A AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGENS.....	45
8.1. Pré-escolar	45
8.2. Avaliação dos alunos do 1º, 2º e 3º ciclos.....	47
8.3. Critérios Gerais de Avaliação.....	50
8.4. Terminologia de Classificação	53
8.5. Situações especiais de avaliação	54
8.6. Efeitos da Avaliação.....	55
9. ESTRATÉGIAS DE ARTICULAÇÃO/TRANSIÇÃO.....	56
9.1. Articulação entre a Educação Pré-escolar e 1º Ciclo.....	56
9.2. Articulação entre o 1º Ciclo e o 2º Ciclo/3º Ciclo	58
10. AVALIAÇÃO DO PROJECTO CURRICULAR DE AGRUPAMENTO	59



INTRODUÇÃO

O Projecto Curricular do Agrupamento de Escolas de Abraveses é o documento que consagra as orientações que adequam o Currículo Nacional do Ensino Básico à Escola, pela definição das prioridades curriculares, sendo o suporte para a elaboração dos Projectos Curriculares de Turma.

Tem o seu enquadramento legal no Decreto-Lei nº 115-A/98 de 4 de Maio, alterado pela Lei nº24/99 de 22 de Abril, e também no disposto no Decreto-Lei nº 6/2001 de 18 de Janeiro e Despacho Normativo n.º 1/2005 de 5 de Janeiro.

O Projecto Educativo do Agrupamento apresenta, implicitamente, uma visão de currículo que se explica pela sua adequação ao estudo do contexto sócio-cultural e económico do meio onde, geograficamente, as unidades escolares se inserem e onde se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias, segundo os quais a Escola se propõe cumprir a sua função educativa.

Com a elaboração deste documento – Projecto Curricular de Agrupamento – definem-se as orientações que permitem à Escola construir o seu processo de autonomia, considerando que este processo ganha voz, pelo pulsar da própria Escola, contando para a sua operacionalização as práticas pedagógicas aí desenvolvidas.

O presente documento propicia ainda a compreensão necessária para garantir a rectificação e a mudança, pretendendo uma avaliação contextualizada que tenha em conta os processos e não apenas os produtos.



1. METAS DO PROJECTO EDUCATIVO

A Escola assumindo-se como espaço privilegiado de EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA, desenvolverá a sua prática no sentido da FORMAÇÃO INTEGRAL DO SER HUMANO e adoptará estratégias que permitam:

A - Promover o sucesso escolar de todos, através de medidas que diluam as desigualdades económicas e sociais e as dificuldades específicas de aprendizagem.

Objectivos:

- Incentivar uma cultura de escolaridade prolongada, fomentando o gosto pela escola;
- Proporcionar aos alunos experiências que favoreçam o seu desenvolvimento socioafectivo, criando neles atitudes positivas e hábitos de vida saudável;
- Fomentar a capacidade de compreender, negociar, agir e interagir face a comportamentos de risco que possam colocar em causa o equilíbrio emocional, físico e social e do grupo de pertença;
- Desenvolver nos alunos atitudes de solidariedade e respeito mútuo e estabelecer regras de convivência que contribuam para a sua educação cívica como cidadãos responsáveis e intervenientes;
- Proporcionar aos alunos a aquisição dos conhecimentos básicos que lhes permitam o prosseguimento de estudos e/ou a sua integração na vida activa.

B - Promover a Organização da Escola/Cultura de Escola

Objectivos:

- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida escolar, nomeadamente através da humanização dos espaços e da criação de condições de trabalho e lazer para alunos, professores e pessoal não docente;
- Contribuir para a valorização do papel da escola no meio a que pertence recorrendo ao estabelecimento de parcerias e ou protocolos com diferentes entidades;
- Identificar as diversas culturas existentes no Agrupamento promovendo o sucesso da sua integração;
- Preservar a natureza e os recursos do planeta;



- Cumprir a função socializadora do Agrupamento na procura de respostas curriculares ajustadas aos diferentes públicos que o frequentam, em permanente diálogo com a família.

C - Promover a Identidade do Agrupamento

Objectivos:

- Divulgar/implementar a Cultura do Hino do Agrupamento em todas as escolas;
- Conhecer e divulgar o património cultural local proporcionando a sua identidade;
- Implementar em todas as Escolas do Agrupamento o hábito de participação no Jornal “O Pimpolho”;
- Promover uma melhor articulação entre os vários ciclos do Agrupamento, através da rentabilização dos recursos existentes. (Biblioteca/Centro de Recursos, Refeitório, Pavilhão Gimno–Desportivo, ...);
- Sensibilizar a Comunidade Educativa para uma maior participação nas actividades do Agrupamento.



2. OBJECTIVOS PEDAGÓGICOS

Formar cidadãos nos dias de hoje, onde se vive um panorama de constante mudança, passa sobretudo por investir no desenvolvimento de competências de aprendizagem ao longo da vida. Para tal, é fundamental que as diferentes áreas curriculares e de enriquecimento curricular centralizem a sua acção na **Pedagogia do Projecto**.

Educar no sentido de uma pedagogia conducente à defesa de uma escola viva, autónoma, criativa e de um educando como sujeito activo em construção.

Utilizar a pedagogia da divergência como requisito fundamental para a construção de projectos pedagógicos que, recusando a perpetuação dos valores do sistema, apostam no desafio da mudança que se pretende. Favorecer o desenvolvimento progressivo de sentimentos de autoconfiança, criando condições que permitam apoiar compensatoriamente carências individualizadas e detectar e estimular aptidões específicas e precocidades.



3. ÁREAS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIA

A - Ensino Aprendizagem

Objectivo:	POTENCIAR O SUCESSO EDUCATIVO
Estratégias:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Levantamento das causas do insucesso; ▪ Averiguação junto dos encarregados de educação da existência de problemas que condicionem o sucesso escolar dos seus educandos; ▪ Maior frequência de reuniões de conselhos de turma com baixo rendimento escolar e/ou com problemas disciplinares, com o propósito de definir estratégias para o melhorar; ▪ Valorização transversal da Língua Portuguesa; ▪ Diversificação das modalidades de apoio pedagógico; ▪ Promoção e desenvolvimento de hábitos de leitura e investigação; ▪ Fomento de hábitos de leitura e investigação (Plano Nacional de Leitura, formação de utilizadores em Bibliotecas/Centro de Recursos); ▪ Elaboração do Projecto Curricular de Agrupamento orientado para o sucesso; ▪ Melhoria/Criação de espaços escolares de qualidade vocacionados para o estudo e metodologias de trabalho em grupo.

B - Prática Pedagógica

Objectivo:	FOMENTAR A COOPERAÇÃO E O TRABALHO COLABORATIVO EM EQUIPA ENTRE DOCENTES
Estratégias:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promoção da formação de docentes de acordo com a necessidade da escola; ▪ Realização de reuniões de trabalho entre docentes, para partilha de experiências e troca de materiais; ▪ Utilização de práticas pedagógicas inovadoras; ▪ Fomento do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação na sala de aula; ▪ Dinamização/Rentabilização dos materiais existentes na Biblioteca/Centro de Recursos; ▪ Promoção da gestão curricular entre os docentes do pré – escolar, 1º, 2º e 3º Ciclos.



C - Ordem Organizacional da Escola/ Cultura de Escola

Objectivo:	PROMOVER UM BOM AMBIENTE ENTRE OS INTERVENIENTES DO PROCESSO EDUCATIVO
Estratégias:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promoção de uma melhor articulação entre os órgãos de gestão e a Comunidade Educativa; ▪ Institucionalização de espaços e tempos de trabalho cooperativo entre os docentes, para troca de experiências e produção de materiais; ▪ Estabelecimento de protocolos com Instituições locais, Câmara, Centros de Saúde, Segurança Social, Bombeiros e outros; ▪ Promoção de reuniões periódicas com autarquias locais (Câmara Municipal e Juntas de Freguesia) com vista a uma melhor articulação entre a escola e o meio. ▪ Sensibilização da Comunidade Educativa para a importância do embelezamento dos espaços exteriores da escola; ▪ Promoção da formação do pessoal não docente nomeadamente no que diz respeito ao seu papel na escola, competências e relações pedagógicas; ▪ Promoção de reuniões periódicas e formalização de contactos no Agrupamento para troca de informações sobre os alunos em geral, e os alunos com Necessidades Educativas Especiais em particular; ▪ Dinamização de uma Cultura Desportiva de Escola, nomeadamente através dos grupos/equipas de Desporto Escolar.
Objectivo:	PROPORCIONAR ALTERNATIVAS CURRICULARES
Estratégias:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação de ofertas educativas de acordo com as necessidades da região; ▪ Implementação de Percursos Curriculares Alternativos, Cursos de Educação e Formação e Cursos de Educação e Formação de Adultos; ▪ Estabelecimento de Protocolos com entidades locais, com o objectivo de integrar os alunos na vida activa.
Objectivo:	SENSIBILIZAR OS ALUNOS PARA UMA MAIOR ENVOLVÊNCIA NA VIDA DA ESCOLA
Estratégias:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dinamização da Associação de Estudantes; ▪ Implementação de assembleias de delegados de turma; ▪ Dinamização de acções de formação para alunos (Equipa de alunos do PES); ▪ Dinamização da Rádio Escola.



Objectivo:	ENVOLVER OS ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO E A COMUNIDADE EM GERAL NA VIDA ESCOLAR
Estratégias:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Divulgação de actividades e projectos da escola; ▪ Promoção de iniciativas de solidariedade; ▪ Dinamização de acções visando a sensibilização dos pais e encarregados de educação para a importância do seu papel nas escolas e na educação; ▪ Disponibilização aos encarregados de educação do Plano Anual de Actividades; ▪ Incentivo e apoio à Associação de Pais; ▪ Operacionalização da comunicação via SMS e e-mail entre a escola e os encarregados de educação.
Objectivo:	PROMOVER A SEGURANÇA, SAÚDE E HIGIENE NA ESCOLA
Estratégias:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realização de exercícios de simulacro de incêndios; ▪ Formação do pessoal docente, não docente e alunos; ▪ Promoção do exercício físico orientado como forma de desenvolvimento da condição física e da saúde. (PES); ▪ Promoção de palestras dinamizadas por entidades ligadas ao campo da Saúde. (Projecto P.E.S.); ▪ Promoção da Educação Sexual e de estilos de vida saudáveis (Projecto P.E.S.); ▪ Promoção de formas de combate à indisciplina, violência e “bullying” através do desenvolvimento de actividades de convivência saudável e responsável no recinto escolar; ▪ Sensibilização dos alunos para a manutenção dos espaços da escola.
Objectivo:	ARTICULAR AS ACTIVIDADES DAS ESCOLAS COM OS PROJECTOS EXISTENTES
Estratégias:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incentivo ao desenvolvimento das Áreas de Projecto, tendo por base as indicações emanadas da coordenação das NAC's, em parceria com os Projecto P.E.S., Eco - Escolas e Coordenação dos Directores de Turma e Coordenadora de Projectos da Biblioteca; ▪ Sensibilização dos alunos para a frequência noutros projectos existentes; ▪ Valorização do carácter transversal da Língua Portuguesa através do Plano Nacional de Leitura; ▪ Aplicação de conceitos matemáticos a situações da vida real: Plano da Matemática (P.M.).



Objectivo:	TOMAR MEDIDAS QUE ASSEGUREM A RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS RELATIVOS À INDISCIPLINA
Estratégias:	<ul style="list-style-type: none">▪ Cumprimento rigoroso do Regulamento Interno por toda a Comunidade Educativa;▪ Co-responsabilização dos Encarregados de Educação pelos actos de indisciplina cometidos pelo seu educando;▪ Definição de estratégias no Conselho de Turma, a cumprir rigorosamente por todos os elementos;▪ Aproveitamento de situações de desvio à norma para consciencializar os alunos para a importância destes valores, usando o diálogo;▪ Promoção de actividades de agrado dos alunos numa tentativa de os conduzir a um melhor comportamento cívico;▪ Sensibilização e alerta aos Auxiliares de Acção Educativa para um maior controlo dos alunos fora da sala de aula;▪ Penalização de todos os actos de indisciplina em que os alunos por norma sejam reincidentes.



4. OPÇÕES DO AGRUPAMENTO COM VISTA À CONCRETIZAÇÃO DE INICIATIVAS QUE DÊM RESPOSTA ÀS ÁREAS PRIORITÁRIAS

4.1. Organização e gestão das aprendizagens no quadro do Currículo Nacional.

:: **Nos Conselhos de Docentes da Educação Pré-Escolar** – planificação das actividades específicas da Educação Pré - Escolar, tendo em vista a concretização do Projecto Educativo.

- Apoiar o trabalho dos educadores do Agrupamento, promovendo a troca de experiências sobre metodologias, técnicas e materiais didácticos.

:: **Nos Conselhos de Docentes do Primeiro Ciclo** – planificação anual, trimestral e mensal de actividades, respeitando as competências específicas e transversais definidas no Currículo Nacional.

- Analisar a oportunidade de adopção de medidas de gestão flexível dos currículos e de outras medidas destinadas a melhorar as aprendizagens e a prevenir a exclusão.

:: **Nos Departamentos** – definição das aprendizagens que, de acordo com as áreas prioritárias apontadas, concretizem as competências (específicas e transversais) previstas no Currículo Nacional.

- Analisar a oportunidade de adopção de medidas de gestão flexível dos currículos e de outras medidas destinadas a melhorar as aprendizagens e a prevenir o insucesso e a exclusão.

:: **Nos Conselhos de Turma** – construção de Projectos Curriculares de Turma, partindo dos pressupostos destacados no trabalho de articulação, as metas pedagógicas, a especificidade da turma e a promoção de situações de aprendizagem que levem os alunos a **conhecer, resolver e saber intervir** nas situações problemáticas identificadas.



4.2. Sugestões para a criação de um Plano de Intervenção relativamente às áreas destacadas.

Educação para os valores – como aprofundar?

- o comportamento na sala de aula e na escola (*saber ser/saber estar/saber intervir*);
- o comportamento em sociedade:
 - elaboração de um plano de trabalho (guião) com a indicação da sequência de actividades a pôr em prática nas sessões de Formação Cívica reajustáveis a cada turma;
 - desenvolvimento de actividades no âmbito da Área de Projecto que se articulem com a temática “Educação para os valores”;
 - promoção de actividades no âmbito disciplinar onde sejam desenvolvidas competências específicas dentro desta área;
 - rentabilização dos meios materiais e humanos disponíveis: incentivo à colaboração de professores das Instituições Superiores (com formandos na Escola), Equipa de Observação e Orientação Psicológica e outros elementos da comunidade educativa e/ou do meio local, tais como: Bombeiros, Polícia, Técnicos de Saúde; Protecção Civil; Assistência Social, Governo Civil e outros;
 - aproveitamento da experiência pessoal e profissional de elementos da comunidade escolar para o desenvolvimento de actividades; envolvimento da comunidade educativa (Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Abraveses,...) na programação de iniciativas de carácter pedagógico;
 - realização de actividades e sua divulgação, quer no Plano de Actividades do Agrupamento, quer através de outros meios disponíveis na Escola e no meio local (Jornal da Escola, Casa do Povo de Abraveses, Juntas de Freguesia, Jornais locais, boletins informativos, Rádio, etc.).

Educação para a Saúde – como desenvolver hábitos de vida saudável?

- Promoção de hábitos, atitudes e conhecimentos, valorizando:
 - A iniciativa e a responsabilidade pessoal, a cooperação e a solidariedade;
 - A ética desportiva;
 - A higiene e a segurança pessoal e colectiva;



- Desenvolvimento do gosto pela prática regular de actividades físicas e aprofundamento e compreensão da sua importância como factores de saúde e componente da cultura, na dimensão individual e social;
- Discussão sobre a importância da aquisição de hábitos individuais e comunitários que contribuam para a qualidade de vida;
- Aquisição de uma atitude geral de promoção de saúde, prevenção da doença e de prevenção de comportamentos de risco;
- Promoção da ideia de uma vida saudável como um direito da humanidade.

O gosto pelo saber – como fomentar a leitura, a escrita, o trabalho de pesquisa e documentação?

- Primazia ao trabalho desenvolvido nos Conselhos de Turma, após a constatação da realidade do grupo turma (valorização do Projecto Curricular de Turma);
- Desenvolvimento de iniciativas do âmbito disciplinar, com vista a dar respostas às reais necessidades e interesses dos alunos;
- Incentivo à participação activa no âmbito das actividades da Escola e nas ofertas extra – curriculares;
- Promoção do trabalho de pesquisa/investigação e do uso de sectores como a Biblioteca / Centro de Recursos:

- recurso ao suporte documental existente;
- participação nas iniciativas promovidas pela Biblioteca / Centro de Recursos;
- incentivo à leitura como factor determinante no desenvolvimento da competência comunicativa, tendo em vista a transversalidade dos saberes;
- rentabilização do suporte bibliográfico existente na Biblioteca da Escola;
- sensibilização para a utilização sistemática do acervo documental existente na Biblioteca Municipal;
- motivação para a participação nas iniciativas de carácter lúdico-didáctico levadas a cabo pela Biblioteca Municipal;
- promoção de um intercâmbio entre a Biblioteca da Escola e a Biblioteca Municipal.
- promoção de iniciativas que viabilizem o contacto com a vida activa, de forma a destacar a relação entre o saber adquirido e as situações reais;
- visitas de estudo interdisciplinares;
- contacto com o mundo do trabalho (diálogo com profissionais de diferentes áreas);
- participação em eventos culturais (espectáculos, cinema, exposições...);



- participação em actividades que fomentem o gosto pela leitura (contactos com escritores, jornalistas, actores, Feira do Livro, concursos de leitura, intercâmbio epistolar, ...).

- Potencialização das áreas curriculares não disciplinares, enquanto espaço privilegiados para o desenvolvimento das competências gerais e transversais.
- Intensificação dos momentos de diálogo (partilha de informação) entre todos os elementos do Conselho de Turma.
- Envolvimento (se necessário) do Professor de Ensino Especial a alunos com necessidades educativas e / ou Serviços de Psicologia na detecção e resolução de problemas e conflitos.
- Maior responsabilização e envolvimento da comunidade educativa (nomeadamente da Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento) na execução de projectos didácticos e/ou lúdico-didácticos.

A utilização das tecnologias de informação e comunicação – como rentabilizar?

- Utilização do material audiovisual e informático existente;
- Inovação no funcionamento do sector administrativo e burocrático do Agrupamento:

- Criação de condições para uma utilização mais sistemática das novas tecnologias de informação e comunicação por parte de todos os interessados (organização de espaços e estabelecimento de horários);
- Formação de docentes, não docentes e discentes dentro desta área específica (proposta a constar do plano de formação);
- Conhecimento dos meios existentes e possibilidades de aplicação na prática pedagógica: sessões experimentais (utilização das tecnologias de informação e comunicação existentes no auditório);
- Incentivo aos trabalhos de pesquisa/investigação, com o recurso às novas tecnologias;
- Fomento à troca de experiências, à partilha de informações, ao acesso à Internet e bases de dados, como suporte para o desenvolvimento de diferentes trabalhos.



4.3. Organização e gestão curriculares no quadro do Decreto-Lei 6/2001

Desenho Curricular do Ensino Pré-Escolar

Na Educação Pré-Escolar não existe um currículo formal, as **Orientações Curriculares** não constituem um currículo explícito, são “(...) *um conjunto de princípios orientadores para apoiar o educador nas suas decisões sobre a sua prática* (...)”.

O educador de infância titular do grupo de crianças é o responsável, o construtor e o gestor do currículo no âmbito do Projecto Educativo do Agrupamento, para construir esse currículo deve fazê-lo em equipa pedagógica, atendendo às necessidades, aos interesses e aos saberes das crianças.

Ao planificar as situações de aprendizagem o educador tem de atender aos objectivos inerentes às diferentes áreas de conteúdo, assim como à articulação entre as mesmas. Também se devem reflectir nesse currículo os interesses das famílias, da comunidade e a articulação com outros níveis de ensino.

A Área de Formação Social

“ (...) *corresponde a um processo que deverá favorecer, de acordo com as fases de desenvolvimento, a aquisição de espírito crítico e a interiorização de valores espirituais, estéticos, morais e cívicos.*”

A Área da Expressão e Comunicação

- Domínio das Expressões: Motora, Dramática, Plástica e Musical
- Domínio da Linguagem Oral e Abordagem à Escrita
- Domínio da Matemática

A Área da Expressão e Comunicação engloba as aprendizagens relacionadas com o desenvolvimento psicomotor e simbólico que determinam a compreensão e o progressivo domínio de diferentes formas de linguagem.

A Área do Conhecimento do Mundo

A Área do Conhecimento do Mundo enraíza-se na curiosidade natural da criança e no seu desejo de saber e compreender o porquê. Curiosidade que é fomentada e alargada na



Educação Pré-Escolar através de oportunidades de contactar com novas situações que são simultaneamente ocasiões de descoberta e exploração do mundo.

Orientações Curriculares – Áreas de Conteúdo

Áreas de Conteúdo		
Formação Pessoal e Social	<p>Expressão e Comunicação</p> <p><i>Domínio das Expressões:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - motora; - dramática; - plástica; - musical; <p><i>Domínio da Comunicação:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - linguagem oral; - linguagem escrita; - novas tecnologias; <p><i>Domínio da Matemática</i></p>	Conhecimento do Mundo

Desenho Curricular do 1º Ciclo			
Educação para a Cidadania		Áreas Curriculares Disciplinares	Língua Portuguesa Matemática Estudo do Meio Expressões: Plástica e Educação Visual Musical Dramática Físico-Motora
	Formação Pessoal e Social	Áreas Curriculares Não Disciplinares	Área de Projecto Estudo acompanhado Formação Cívica
		Actividades de Enriquecimento Curricular AEC	



Desenho Curricular do 2º Ciclo			
Componentes do Currículo	5º Ano	6º Ano	Total Ciclo
Áreas Curriculares Disciplinares	14	14	28
Língua Portuguesa	90 + 90 + 45b)	90 + 90	4,5
Língua Estrangeira	90 + 45	90 + 45 + 45	3,5
História e Geografia de Portugal	90 + 45	90 + 45	3
Matemática	90 + 90	90 + 90	4
Ciências da Natureza	90 a)+ 45	90 + 45	3
Educação Visual e Tecnológica	90 + 45	90 + 90 b)	3,5
Educação Musical	90 +45	90 +45	3
Educação Física	90 + 45	90 + 45	3
E. M. R. C.	45	45	1
Áreas Curriculares Não Disciplinares			
Área Projecto	90	90	2
Estudo Acompanhado	45 + 45	45 + 45	2
Formação Cívica	45	45	1
Total:	17	17	34

- a) Por turno, ao longo do ano
- b) Meio bloco de escola.



Desenho Curricular do 3º Ciclo				
Componentes do Currículo	7º Ano	8º Ano	9º Ano	Total Ciclo
Áreas Curriculares Disciplinares	15,5	17	16,5	49
Língua Portuguesa	90 + 90	90 + 90	90 + 90	6
Língua Estrangeira I	90 + 45	45 + 45	90 + 45	4
Língua Estrangeira II	90 + 45	90 + 45	45 + 45	4
História	45 + 45	90 + 45	90 + 45	4
Geografia	90	90 + 45 c)	90	3,5
Matemática	90 + 90	90 + 90	90 + 90	6
Ciências Naturais	45 a)+ 45 c)	45 a)+ 45	45 a)+ 45	3
Físico-Química	45 a)+ 45 +45	45 a)+ 45	45 a)+ 45 +45	4
Educação Visual	90	90	90 + 45 a)	3,5
Educação Tecnológica	90 b)	90 b)		2
Música	90 b)	90 b)		2
Int. às Tecnologias de Informação e Comunicação			90	1
Educação Física	90 + 45	90 + 45	90 + 45	4,5
E. M. R. C.	45	45	45	1,5
Áreas Curriculares Não Disciplinares				
Área Projecto	90	90	45	2,5
Estudo Acompanhado	45 + 45	45 + 45	45 + 45	3
Formação Cívica	45	45	45	1,5
Total:	18	18	18	54

- a) Por turno, ao longo do ano.
- b) Por turno e por semestre.
- c) Meio bloco de escola.



Curso de Formação e Educação – Jardinagem e Espaços Verde			
DISCIPLINAS/DOMÍNIOS	Horas	Blocos (90 minutos)	
		1º Ano	2º Ano
Componentes de Formação Sócio-Cultural			
Língua Portuguesa	192	64	64
Língua Estrangeira	192	64	64
Tecnologias de Informação e Comunicação	96	32	32
Cidadania e Mundo Actual	192	64	64
Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho	48	32 (45 min)	32 (45 min)
Educação Física	96	32	32
Componentes de Formação Científica			
Matemática Aplicada	210	96	44
Disciplina específica 2 -Ciências Física e Químicas e Naturais	123	48	34
Componentes de Formação Tecnológica			
Manutenção de Jardins e Relvados	320	128	96
Infra-estruturas Básicas e Paisagísticas de Jardins	250	96	64
Instalação de Jardins e Relvados	270	96	96
Componentes de Formação Prática			
Formação em contexto de trabalho	210 horas – final do 2º ano		



Curso de Formação e Educação – Electromecânico de Electrodomésticos			
DISCIPLINAS/DOMÍNIOS	Horas	Blocos (90 minutos)	
		1º Ano	2º Ano
Componentes de Formação Sócio-Cultural			
Língua Portuguesa	192	64	64
Língua Estrangeira	192	64	64
Tecnologias de Informação e Comunicação	96	32	32
Cidadania e Mundo Actual	192	64	64
Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho	48	32 (45 min)	32 (45 min)
Educação Física	96	32	32
Componentes de Formação Científica			
Matemática Aplicada	210	96	44
Disciplina específica 2 -Ciências Física e Químicas	123	48	34
Componentes de Formação Tecnológica			
Instalação e Colocação em Serviços de Equipamento Fixo	192	64	64
Reparação de Avarias em Equipamento Portátil	192	64	64
Reparação de Avarias em Equipamento Fixo para Confecção de Alimentos e Aquecimento de Águas	96	32	32
Reparação de Avarias em Equipamento Fixo para Lavagem de Roupa e Louça	288	96	96
Componentes de Formação Prática			
Formação em contexto de trabalho	210 horas – final do 2º ano		



EFA – EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS B2 ESCOLAR - (EQUIVALÊNCIA AO 2.º CICLO DO ENSINO BÁSICO) - 490 HORAS		
COMPETÊNCIAS CHAVE	UNIDADES DE COMPETÊNCIA	CARGA HORÁRIA
LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO (Português)	<ul style="list-style-type: none"> - Interpretar e produzir enunciados orais adequados a diferentes contextos. - Interpretar textos de carácter informativo e reflexivo. - Produzir textos de acordo com técnicas e finalidades específicas. - Interpretar e produzir linguagem não verbal adequada a finalidades variadas. 	100 Horas
LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO (Língua Estrangeira) INGLÊS – Iniciação	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender e usar expressões familiares e/ou quotidianas. - Compreender frases isoladas e expressões frequentes relacionadas com áreas de prioridade imediata. - Comunicar em tarefas simples e em rotinas que exigem apenas uma troca de informações simples e directa sobre assuntos que lhe são familiares. 	50 Horas
MATEMÁTICA PARA A VIDA	<ul style="list-style-type: none"> - Interpretar, organizar, analisar e comunicar informação usando processos e procedimentos matemáticos. - Usar a matemática para analisar e resolver problemas e situações problemáticas. - Compreender e usar conexões matemáticas, em contextos de vida. - Raciocinar matematicamente de forma indutiva e de forma dedutiva. 	100 Horas
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Operar, em segurança, equipamento tecnológico diverso. - Realizar, em segurança, operações várias no computador. - Utilizar um programa de processamento de texto. - Usar a Internet para obter e transmitir informação. 	100 Horas
CIDADANIA E EMPREGABILIDADE	<ul style="list-style-type: none"> - Organização Política dos Estados Democráticos. - Organização Económica dos Estados Democráticos. - Educação/Formação, Profissão e Trabalho/Emprego. - Ambiente e Saúde. 	100 Horas
APRENDER COM AUTONOMIA	<ul style="list-style-type: none"> - Integração. - Relacionamento Interpessoal. - Aprender a Aprender 	40 Horas



4.4. Orientações para o desenvolvimento das Áreas Curriculares Não Disciplinares (1ºciclo, 2º e 3º ciclos)

As áreas curriculares não disciplinares assumem uma natureza transversal e integradora, no sentido em que atravessam todas as disciplinas no currículo e se constituem como espaços de integração de saberes diversos.

Estudo Acompanhado – Metodologias de trabalho, pesquisa, organização e selecção de informação, com destaque para o uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e operacionalização do Plano Nacional de Leitura e Plano de Matemática (só 2º e 3º ciclos).

Área de Projecto – Mobilização de diversas aprendizagens, através da construção de um trabalho de projecto que permita a explanação de ideias, a sua articulação e concretização, a aquisição de esquemas possíveis de transpor para situações da vida activa.

Temas por anos:

- No 1º ciclo os temas são conciliados com os conteúdos programáticos;
- 5º/6º ano – Eco-Escola;
- 7º ano – Espaços Exteriores da Escola;
- 8º ano – TIC - Definido por Decreto;
- 9º ano – Informação/Comunicação.

Formação Cívica – Valorização da integração, do relacionamento interpessoal e de grupo, sobretudo no incentivo a tutorias, especialmente dentro do âmbito das áreas de intervenção prioritária definidas.

Temas a desenvolver:

- Alimentação;
- Regras e Hábitos de Higiene;
- Preservação do Meio Ambiente;
- A Escola e o Professor Ideal;
- Droga e Dependência;
- Tolerância/Conflitos Raciais e Religiosos;
- Cidadania e segurança (5º Ano).



4.5. Oferta curricular alternativa ao Dec - Lei 6/2001 e Currículo Nacional

- Cursos de Educação e Formação de Adultos (certificação escolar);
- Cursos de Educação e Formação (Electromecânica de Electrodomésticos e Jardinagem e Espaços Verdes);

Nota: Ao abrigo da Portaria 817/2007, 27 de Julho.

- Percursos próprios na turma: diferenciação pedagógica e apoios educativos (na sala de aula, nas sessões de apoio pedagógico, em actividades específicas a promover);
- O Núcleo de Educação Especial da Escola/Agrupamento oferece respostas diversificadas adequando-as às capacidades, necessidades e expectativas dos alunos, respeitando a sua individualidade e diferença, através de:

- Definição específica no Projecto Curricular de Turma;
- “Planos de Acompanhamento”, “Planos de Recuperação” e “Planos de Desenvolvimento” nos termos do Despacho Normativo nº 50/2005, de 20 de Outubro;
- Salas de Estudo;
- “Adequação curriculares individuais”, plasmadas em Programas Educativos Individuais, elaborados com a colaboração dos SEAE, nos termos do Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de Janeiro;
- Implementação de “ Currículos específicos individuais” a alunos referenciados nos termos do Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de Janeiro;
- Resposta educativa especializada a alunos com perturbações do espectro do autismo, organizada no âmbito do funcionamento da Unidade de Ensino estruturada para a Educação de Alunos com Perturbações do Espectro do Autismo.



5. OPÇÕES ORGANIZATIVAS E DE FUNCIONAMENTO TENDO EM VISTA A REALIDADE ESCOLAR

5.1. Regime de funcionamento

Pré-escolar

Horário de Funcionamento dos Jardins-de-infância:

O horário de funcionamento dos Jardins-de-Infância é definido, no início do ano lectivo, em reunião de pais e encarregados de educação, tendo sempre em atenção o contexto em que cada estabelecimento se encontra inserido. No entanto, regista-se a observância de algumas normas:

- a) as actividades escolares decorrem de segunda a sexta-feira em regime normal;
- b) o intervalo para almoço não poderá ser inferior a 1h.

HORÁRIO DOS JARDINS-DE-INFÂNCIA

Manhã	* Início entre as 8.00h e as 9.00h * Términos entre as 12.00h e as 12h30m
Almoço	* A interrupção para o almoço pode ser de 1.00h, 1h30m e 2. 00h
Tarde	* Início entre as 13.00h e as 14. 00h * Términos entre as 15.00h e as 16.00h

Prolongamento de horário	* Início entre as 15.00h e as 16.00h * Términos entre as 17h30m e as 19.00h
---------------------------------	--



1º Ciclo

Manhã	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Duplo da manhã das 8.00h às 13.00h Normal das 9.00h às 12.00h Intervalo para suplemento alimentar de 20 a 30 minutos
Almoço	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A interrupção para o almoço é de 1h e 30 minutos
Tarde	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Duplo da tarde das 13.15h às 18.15h Normal das 13.30m às 15.30m

Áreas curriculares Disciplinares	1ºciclo
Língua Portuguesa	8 horas, mais 1 hora diária para leitura
Matemática	7 horas
Estudo do Meio	5 horas, metade em experiências das Ciências
Áreas das Expressões	5 horas

De acordo com o Decreto-Lei nº6/2001, a Área de Projecto, Estudo Acompanhado e Formação Cívica serão desenvolvidas em articulação entre si e com as Áreas Curriculares Disciplinares.

2º Ciclo/3º Ciclo

- A escola funciona em regime normal;
- Os tempos lectivos organizam-se em blocos de 90 minutos;
- O horário estabelecido está de acordo com os transportes escolares;
- O número escasso de salas, face à população escolar, obriga a determinados reajustamentos na elaboração dos horários.

**Horário de funcionamento:**

08.15 – 9.00 9.00 – 9.45
10.05 – 10.50 10.50 – 11.35
11.45 – 12.30 12.30 – 13.15
13:30 – 14.15 14.15 – 15.00
15.10 – 14:55 14:55 – 16.40
16.55 – 17.40 17.40 – 18.25

O EFA, Educação e Formação para Adultos, funcionam em regime nocturno entre as 20 horas e as 24 horas (negociado entre a Equipa Formadora e os Formandos).

5.2. Critérios que presidem à formação de turmas

Pré-escolar

Inscrição/matrícula:

a) No Jardim-de-Infância, são inscritas as crianças cuja idade esteja compreendida entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico;

b) No Jardim-de-Infância, o período de inscrições decorre de 1 de Janeiro a 20 de Junho. Em casos excepcionais serão aceites fora deste prazo.

No acto da inscrição, o encarregado de educação, deverá apresentar:

- Boletim de nascimento;
- Boletim individual de saúde;
- Fotocópia do cartão de utente do seu educando;
- Declaração Médica actualizada, em como a criança não sofre de doença infecto-contagiosa (podendo ser entregue até ao início do ano lectivo).



Admissão Pré-Escolar

No Jardim-de-Infância, após o término do período de inscrições, será afixada em cada Jardim-de-Infância a lista ordenada das crianças inscritas, sendo admitidas, no máximo, **25** crianças por sala, conforme critérios de prioridade definidos no nº1 do Despacho Nº 3/SEAE/2002, de 28 de Junho, e de acordo com o seguinte:

- 1 - Crianças que frequentaram, no ano anterior, o estabelecimento de educação em que se pretendem matricular;
- 2 - Crianças que se encontrem no ano anterior ao primeiro ano da escolaridade obrigatória, nos termos previstos no nº 1 do artigo 3º do Decreto - Lei nº286/89, de 29 de Agosto;
- 3 - Crianças com necessidades educativas especiais, de acordo com o disposto no Decreto - Lei nº 3/2008, de 7 de Janeiro;
- 4 - Crianças filhas de pais estudantes menores, nos termos previstos no artigo 4º da Lei nº 90/2001, de 20 de Agosto;
- 5 - Crianças com irmãos já matriculados no estabelecimento de educação pretendido;
- 6 - Crianças cuja residência dos pais e encarregados de educação se situe na freguesia em que se localiza o estabelecimento de educação pretendido, ordenadas nos termos previstos na alínea b) do artigo 24º do Decreto – Lei nº 542/79, de 31 de Dezembro;
- 7 - Crianças cuja actividade dos pais e encarregados de educação se desenvolva na freguesia em que se situa o estabelecimento de educação pretendido, ordenadas nos termos previstos na alínea b) do artigo 24º do Decreto – Lei nº 542/79, de 31 de Dezembro.

A inscrição de crianças que completem três anos de idade entre 15 de Setembro e 31 de Dezembro é aceite, a título condicional, e ordenada de acordo com as prioridades definidas no número anterior, sendo a respectiva frequência garantida caso exista vaga no estabelecimento de educação pretendido à data do início das actividades deste.

1º Ciclo

As turmas do 1ºciclo do ensino básico são constituídas por 24 alunos, não podendo ultrapassar esse limite. Nas escolas de lugar único que incluam alunos de mais de dois anos de escolaridade, são constituídas por 18 alunos. Nas escolas com mais de um lugar, que incluam alunos de mais de dois anos de escolaridade, são constituídas por 22 alunos.



As turmas com alunos com necessidades educativas especiais de carácter prolongado de qualquer nível de ensino, são constituídas por 20 alunos, não podendo incluir mais de 2 alunos nestas condições.

A capacidade existente em cada escola ou agrupamento de escolas, para a matrícula ou renovação de matrícula é preenchida dando-se prioridade, sucessivamente aos alunos:

- a) que frequentaram, no ano anterior, o estabelecimento de ensino;
- b) com necessidades educativas especiais;
- c) com irmãos a frequentar a escola;
- d) cuja a área de residência se situe na área de influência;
- e) cujo local de trabalho dos encarregados de educação se situe área de influência;
- f) ordem de chegada da matrícula.

2º e 3º Ciclos

- Legislação em vigor;
- Rede de transportes;
- Manutenção do bloco turma ao longo do percurso escolar;
- Área de residência dos alunos;
- Equilíbrio na distribuição de ambos os sexos por turma;
- Distribuição dos alunos com retenções por várias turmas;
- Número de alunos por turma: até 28 alunos;
- Incluir apenas 1 ou 2 alunos com NEE (Necessidades Educativas Especiais) por turma e, nestes casos, respeitar no máximo 20 alunos por turma;
- Atender à iniciação de uma língua estrangeira no 1º ciclo;
- Tentar manter as turmas do 1º ciclo no 5º ano;
- Recomendações sugeridas pelos Conselhos de Turma.

5.3. Distribuição de serviço

- Os Departamentos elaboram propostas de distribuição dos níveis pelos professores.
- Sempre que possível, serão distribuídos, no máximo, dois níveis por professor.



5.4. Prioridades atendidas na elaboração dos horários dos alunos

- Legislação em vigor;
- Rede escolar;
- Área de residência/área de influência;
- Local de trabalho dos encarregados de educação / pais;
- Alunos com irmãos a frequentar a escola;
- Filhos de funcionários;
- Rede de transportes;
- Rede escolar (oferta do Francês no 5º ano e de Espanhol no 7º ano);
- Alunos do ensino articulado;
- Distribuição “equilibrada” das diferentes disciplinas.



5.5. Prioridades atendidas na elaboração dos horários dos professores

- Respeitar a mancha horária da turma e o serviço lectivo atribuído;
- Atribuir um dia livre aos professores que o pretenderem desde que seja possível e segundo as alternativas dadas;
- Os professores com um dia livre e que indicaram como preferência a parte da manhã terão no máximo 2 tardes com serviço atribuído, sempre que a mancha horária das turmas o permitir;
- Os professores sem dia livre (por opção do próprio) e preferência a parte da manhã terão uma tarde no serviço atribuído, sempre que a mancha horária das turmas o permitir;
- Os professores que indicaram como preferência a parte da tarde só terão manhã se necessário pela mancha horária da turma;
- As entradas ao 1º tempo da manhã e as saídas ao último tempo da tarde são distribuídas por todos os professores.



5.6. Sectores que intervêm de uma forma mais directa na gestão curricular

▪ Departamentos/Subdepartamentos

- Definição das competências específicas a desenvolver, selecção de conteúdos, promoção de actividades, articulação por anos e ciclos.

▪ Conselhos de Turma

- Definição das situações de aprendizagem a privilegiar;
- Articulação curricular;
- Identificação das necessidades e interesses;
- Análise e avaliação do Projecto Curricular de Turma.

▪ Serviços Especializados de Apoio Educativo

Pré – Escolar

Quando se fala em alunos com Necessidades Educativas Especiais é obrigatório fazer referência ao princípio da inclusão. Este princípio preconiza serviços educacionais, na classe regular, apropriados ao aluno com N.E.E.

Sem dúvida que a Declaração de Salamanca (1994) sobre os Princípios, a Política e as Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais se inspirou no reconhecimento da necessidade de conseguir uma escola para todos, isto é, que as escolas incluam todos os alunos, aceitem as diferenças, apoiem a aprendizagem e respondam às necessidades individuais. Neste contexto, os Apoios Educativos surgem como uma aposta na escola inclusiva, visando promover a igualdade de oportunidades que permita o sucesso de todos os alunos independentemente das suas diferenças individuais. Mas, para esta melhoria efectiva da escola é necessário uma articulação com os recursos disponíveis na comunidade local de forma a conseguir uma melhor qualidade educativa para todos os alunos.



Assim, na Educação Pré-Escolar deve-se:

- a) Planificar as actividades com as crianças, como processo facilitador da aprendizagem e desenvolvimento individual;
- b) Promover a interacção entre crianças com diferentes desenvolvimentos e saberes, fomentada pelo trabalho entre pares ou em pequenos grupos;
- c) Estimular a participação da criança na elaboração de normas, regras e distribuição de tarefas, que decorrem do dia-a-dia no Jardim - de -Infância;
- d) Promover oportunidades de aprendizagem diversificadas, segundo as diferentes áreas de conteúdo, contemplando diversos ritmos, em diferentes situações e tipos de actividades;
- e) Articular com as educadoras titulares da turma na planificação, programação e avaliação de actividades;
- f) Estabelecer a troca de informação com os pais e encarregados de educação sobre o processo de desenvolvimento do seu filho, na procura de soluções para minimizar os problemas que possam existir.

1º Ciclo

A educação de alunos com Necessidades Educativas Especiais (N.E.E.), nas escolas regulares é sem dúvida um grande desafio à capacidade das escolas de se tornarem «escolas inclusivas». Têm de ter a capacidade de aceitar a diferença, proporcionar a igualdade de oportunidades, sem cair contudo na super protecção e na exagerada diminuição de expectativas.

Pensar em grupos/turmas homogéneas, hoje, não passa de um mito. A heterogeneidade é aceite como um facto mas é preciso procurar forma de lidar com ela e de a gerir. O conceito de diferenciação pedagógica, surge assim da necessidade da escola se confrontar com a heterogeneidade dos grupos que acolhe. Torna-se indispensável a gestão global e partilha de toda uma diversidade de processos, de métodos e de estratégias para desenvolver o currículo, variando as oportunidades dos alunos aprenderem. “O ensino é uma actividade em mudança permanente, onde se modificam estratégias, valores, objectivos e representações”.

Neste momento, supõe-se que a integração/inclusão de crianças com N.E.E. não seja a mera presença física no *ambiente o menos restrito possível*, mas uma participação efectiva nas tarefas escolares que proporcionem a educação diferenciada necessária.

A organização das escolas e dos serviços educativos pressupõe haver um programa inclusivo que implica serviços organizados numa abordagem de apoio colaborativo. A



administração e coordenação de recursos, a existência de pessoal técnico e de apoio aos professores e às escolas e a cooperação com as instituições da comunidade no planeamento da transição dos alunos para a vida activa, são factores importantes no modelo de escola para todos.

Desta forma, e tendo sempre em vista um melhoramento do processo educativo em geral, e do processo ensino/aprendizagem em concreto, salientam-se algumas estratégias de intervenção:

- Realização de adaptações curriculares para os alunos com NEE;
- Acompanhamento dos progressos do aluno, revendo a programação;
- Promoção do desenvolvimento e das aprendizagens destes alunos através da diversificação de estratégias e metodologias;
- Elaboração de material pedagógico - didáctico específico;
- Promoção da participação dos alunos com NEE nas actividades do grande grupo;
- Valorização dos comportamentos adequados socialmente;
- Intervenção individual e directa aos alunos com NEE;
- Gestão dos recursos necessários ao apoio educativo;
- Colaboração com os docentes titulares na planificação e desenvolvimento das estratégias a aplicar;
- Colaboração e participação no trabalho a desenvolver com os pais e encarregados de educação.

2º e 3º Ciclos

- Colaboração no processo de referenciação e avaliação, nos termos do Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de Janeiro;
- Colaboração na elaboração de Programas Educativos Individuais, nomeadamente, na organização de “Adequações curriculares individuais”, assim como na sua avaliação;
- Colaboração na organização, orientação e desenvolvimento de “Currículos específicos individuais”;
- Colaboração na organização de Planos Individuais de Transição para a vida pós-escolar;
- Colaboração no estabelecimento de protocolos com entidades exteriores ao Agrupamento, visando a criação de condições para o desenvolvimento das respostas diversificadas necessárias.



5.7. Ofertas alternativas/Complementos de formação

COMPONENTE SOCIAL DE APOIO À FAMÍLIA

PRÉ - ESCOLAR

A componente social de apoio à família nos Jardins-de-Infância compreende o serviço de refeições e o prolongamento de horário. Esta componente é da responsabilidade da Autarquia, das Associações de Pais, outras Associações existentes na localidade e da escola, consoante o estipulado na lei.

Prolongamento de Horário

1. Constitui fundamento para a necessidade de prolongamento de horário designadamente:

- a) Necessidades resultantes de horários profissionais dos pais ou encarregados de educação;
- b) Inexistência de familiares disponíveis para o acolhimento da criança após a componente educativa;
- c) A existência de espaços próprios e adequados às actividades de prolongamento, diferentes dos da sala de actividades, salvaguardando sempre o bem-estar das crianças e as suas necessidades;
- d) A existência de pessoal, contratado pela Autarquia, pela Associação de Pais ou outra Associação existente, com formação adequada para o desenvolvimento de actividades com as crianças.

2. No caso de se verificarem, cumulativamente, as condições descritas nas alíneas a), b) c), o prolongamento de horário deverá ser colocado à consideração da Autarquia.

1º Ciclo

Tendo em consideração a importância do desenvolvimento de actividades de animação e de apoio às famílias no 1º ciclo do ensino básico para o desenvolvimento das crianças e conseqüentemente para o sucesso educativo, tem vindo a ser dinamizada a concretização de



projectos de Enriquecimento Curricular e de implementação do conceito de escola a tempo inteiro, em parceria com a autarquias nas escolas do 1º Ciclo do Agrupamento.

As actividades de Enriquecimento Curricular no 1º ciclo do Ensino básico são seleccionadas tendo em conta o Projecto Educativo do Agrupamento e devem constar do Plano Anual de Actividades e incidem no domínio desportivo, artístico, tecnológico, ligação da escola ao meio, nomeadamente:

- Actividades de apoio ao estudo;
- Iniciação ao inglês;
- Actividade Física e desportiva;
- Ensino da Música;
- Expressão Plástica;
- Plano Nacional de Leitura.

A actividade de apoio ao estudo, obrigatória para todos os alunos, terá uma duração semanal não inferior a noventa minutos, destinando-se à realização de trabalhos de casa e de consolidação de conhecimentos, devendo o aluno beneficiar do acesso a recursos escolares e educativos existentes na escola como livros, computadores e outros instrumentos de ensino bem como do apoio e acompanhamento por parte dos professores da titulares escola e do agrupamento.

O ensino do Inglês é obrigatório para os alunos dos 3º e 4º anos de escolaridade e tem a duração semanal de cento e trinta e cinco minutos, sendo de quarenta e cinco minutos a duração diária.

2º e 3º Ciclos

- Desporto Escolar;
- Projecto de Tecnologia;
- Ludoteca;
- Clube de Meteorologia;
- Biblioteca/Centro de Recursos;
- AJAPA – Associação Juvenil Azeredo Perdigão – Abraveses;
- PES – Promoção e Educação para a Saúde;
- Eco-Escolas;
- Plano da Matemática;
- Plano Nacional de Leitura;



- Clube “ Cores e Companhia”;
- Jornal “ O Pimpolho”;
- Encontros Informáticos;
- Projecto “ Penso Indústria e Tecnologia”;
- Sapere Magis.

5.8. Parcerias/Protocolos de cooperação

- Autarquia;
- Casa do Povo de Abraveses;
- Associação de Pais do Agrupamento de Escolas de Abraveses;
- Escola Superior de Educação de Viseu;
- Instituto Superior Jean Piaget;
- Centros de Saúde: Viseu 1, Viseu 2 e Viseu 3;
- Forças de Segurança – GNR, Escola Segura P.S.P;
- IPJ;
- Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Teologia;
- Bombeiros Voluntários e Municipais;
- Hospital de S. Teotónio – Departamento de Saúde Mental e Serviço de Pediatria;
- Escola Superior de Saúde;
- APPACDM – Núcleo Regional de Viseu;
- APPC - Núcleo Regional de Viseu.



6. FORMAÇÃO A PROMOVER, TENDO EM CONTA A DINÂMICA A IMPLEMENTAR

- Sessões promovidas pela futura equipa de observação e orientação psicológica;
- Sessões promovidas pelos Conselhos de Turma;
- Acções de formação para docentes, não docentes e discentes que se revelem pertinentes;
- Convite a organismos de apoio à comunidade para destacar a importância de viver em segurança e de ter uma vida saudável (Bombeiros, PSP, Técnicos da Área de Saúde, ...);
- Iniciativas que permitam desenvolver valores, atitudes e práticas associadas ao exercício de uma cidadania consciente e participativa:
 - campanha de recolha e separação de resíduos sólidos;
 - prática desportiva/Desporto Escolar.
- Iniciativas que destaquem a valorização do saber na formação integral do aluno:
 - intercâmbios culturais (projectos inter-escolas; contacto com escritores, jornalistas, actores e outros profissionais, de acordo com as exigências de cada projecto);
 - acção de formação sobre técnicas de leitura como instrumentalização do saber;
 - projectos de dinamização da Biblioteca/Centro de Recursos;
 - promoção de actividades que fomentem o intercâmbio entre a Escola e as Instituições Culturais (teatro, cinema, IPJ, Biblioteca Municipal, Arquivo Municipal, Museu, Pavilhão Multiusos, ...);
 - sessão de trabalho que promova o uso das novas tecnologias no trabalho profissional;
 - sessão informativa/experimental que estimule o uso das novas tecnologias de informação e comunicação na prática pedagógica;
 - sessão de esclarecimento sobre a utilização e rentabilização dos materiais audiovisuais e informáticos existentes na escola.

Nota: Estas são apenas sugestões de acções. Será dada prioridade àquelas que se revelem exequíveis e não tragam encargos financeiros para a Escola.



7. CURRÍCULO/COMPETÊNCIAS

7.1. Conceito de Currículo

Reconhecer o acto educativo como acto social e a escola como organização promotora de mudanças sociais e preparada para responder aos desafios colocados pela sociedade, é um trabalho que implica a adopção de novas formas de organizar e pensar o currículo.

Pensar a escola desta forma é pensá-la como organização com identidade própria e com uma autonomia e poder de decisão onde todos se envolvem.

Currículo como o conjunto de actividades programadas pela Escola – de carácter lectivo e não lectivo – que tenham objectivos de instrução, socialização ou de estimulação ao desenvolvimento. Assim, o currículo é a acção educativa explícita, manifesta e intencional por parte da escola, operacionalizando na prática, um projecto educativo próprio, que procura atender às necessidades da comunidade, decidir sobre as disciplinas, os tempos lectivos e as componentes de acção, realizar actividades culturais adequadas ao contexto da escola, organizar mais eficientemente os recursos, num estilo de educação partilhada.

É um conjunto complexo de processos que apela à participação activa dos agentes educativos, implicando-os na análise dos assuntos que lhes dizem respeito, tornando-os corresponsáveis pelo funcionamento dos serviços e estruturas comuns, com vista a uma efectiva melhoria e à assunção de responsabilidades na qualidade do ensino ministrado.

A concepção de currículo que o agrupamento partilha, assenta num plano prático de melhoria de acção diária na sala de aula, num processo de permanente reflexão e revisão crítica da realidade educativa, por forma a possibilitar a construção de uma autêntica autonomia curricular da escola e do professor. Neste contexto, os projectos curriculares de turma são a expressão desse desenvolvimento curricular e o colectivo dos professores dedica especial importância à sua concepção, revisão e avaliação, consagrando-os como verdadeiros meios de gestão do currículo, e de adequação à realidade escolar.

Também as estruturas de orientação educativa, enquanto órgãos colegiais, nomeadamente os conselhos de docentes e os departamentos curriculares, centram as suas reflexões nas práticas educativas e nos resultados obtidos, emergindo a necessidade de encontrar espaços de trabalho cooperativo, de equipas de docentes, processos de auto-formação e formação interna com vista ao desenvolvimento profissional e à valorização da qualidade educativa.

Neste contexto, o professor desempenha um papel preponderante quer individualmente, quer enquanto membro de um grupo de docência, a quem compete planificar o currículo através de um processo de programação. O professor assume inúmeras competências



curriculares que suportam as tomadas de decisão nesta matéria e que buscam posturas de parceria e de liderança e de uma nova cultura curricular baseada no empenhamento e corresponsabilização.

Sendo a educação um valor comum, a escola assume a responsabilidade de, pelo menos durante a escolaridade obrigatória:

- Garantir um mínimo de conteúdos que devem ser iguais para todos os alunos, propiciando aprendizagens com sentido numa escola de sucesso para todos;
- Respeitar a diversidade cultural e reconhecer a pluralidade de situações de promoção que não encontram respostas num currículo pré-definido pela administração central;
- Fomentar processos de aprendizagem individualizada e de diferenciação que atendam à diversidade de contextos e de situações e, conseqüentemente, promotoras de um maior sucesso educativo (planos de desenvolvimento);
- Planificar e coordenar formas de complemento pedagógico, de reforço curricular e de apoio pedagógico, de acordo com as necessidades educativas dos alunos;
- Organizar actividades de enriquecimento curricular e projectos de desenvolvimento educativo, promotores da formação integral e cultural do aluno;
- Promover acções de orientação escolar e vocacional e de encaminhamento profissional dos alunos do agrupamento, com vista à prossecução dos seus percursos pessoais;
- Desenvolver um conjunto de práticas variadas que se integram no processo ensino aprendizagem e que procuram contribuir para que os alunos se apropriem melhor das aprendizagens curricularmente estabelecidas como importantes (avaliação formativa);
- Implementar práticas avaliativas que se constituam também como oportunidades de formação e que se aproximem cada vez mais das realidades dos alunos, respeitando e tomando em linha de conta a sua diversidade sociocultural e os seus diferentes ritmos e estilos de aprendizagem;
- Criar condições favoráveis a situações de aprendizagem que permitam desenvolver nos alunos competências de planificação, de pensar criticamente, de confrontar pontos de vista, de repensar e organizar informação e de se auto-avaliarem, essenciais para o sucesso educativo de todos os alunos (avaliação formadora).

Partindo das responsabilidades assumidas pela escola, reforçamos a importância do ensino e da avaliação se desenvolverem segundo processos que promovam a aprendizagem. No entanto, a educação não se limita à aquisição de conteúdos, nem à aprendizagem de conhecimentos instrumentais. O acto de educar é bastante mais complexo, enquadra outras variáveis para além da aprendizagem. A escola tem valores educativos a defender, finalidades mais vastas que apelam para o exercício da cidadania, para o desenvolvimento de competências sociais, para o respeito pela diferença, pelo ambiente e para uma educação para



os valores. Assim sendo, o compromisso educativo do agrupamento, tendo por base as orientações de desenvolvimento curricular e a análise das situações sociais, expressa-se em acções de prática educativa que desenvolvem nos alunos competências para aprender a compreender, a ser, a tomar decisões e a activamente intervir.

“Um currículo orientado para o desenvolvimento de competências contesta a ideia de que a escola se deve centrar unicamente nos saberes, não se preocupando com os problemas da utilização, da mobilização e da transferência desses saberes, como se esses problemas fossem irrelevantes, se resolvessem de modo automático ou espontâneo”.

(Abrantes, P., 2001)

Neste contexto, a organização do ensino e da aprendizagem não se circunscreve ao cumprimento dos programas das áreas disciplinares, mas implica uma concepção de desenvolvimento do currículo em que a responsabilidade da escola é formar os alunos numa dimensão global.



7.2. Competências Gerais

A Educação **Pré-Escolar** assume-se como a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da acção educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita relação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário.

Objectivos gerais da Educação Pré-Escolar:

- a) Promover o desenvolvimento pessoal e social da criança com base em experiência de vida democrática numa perspectiva de educação para a cidadania;
- b) Fomentar a inserção da criança em grupos sociais diversos, no respeito pela pluralidade das culturas, favorecendo uma progressiva consciência como membro da sociedade;
- c) Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem;
- d) Estimular o desenvolvimento global da criança no respeito pelas suas características individuais, inculcando comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diferenciadas;
- e) Desenvolver a expressão e a comunicação através de linguagens múltiplas como meios de relação, de informação, de sensibilização estética e de compreensão do mundo;
- f) Despertar a curiosidade e o pensamento crítico;
- g) Proporcionar à criança ocasiões de bem-estar e de segurança, nomeadamente no âmbito da saúde individual e colectiva;
- h) Proceder à despistagem de inadaptações, deficiências ou precocidades e promover a melhor orientação e encaminhamento da criança;
- i) Incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações de efectiva colaboração com a comunidade.

A estes objectivos, estão subjacentes orientações globais que o educador pode seguir:

- a) Observar a criança e o grupo para conhecer as suas capacidades, interesses e dificuldades, recolher informações sobre o contexto familiar e o meio em que as crianças vivem;



- b) Planear o processo educativo de acordo com que o educador sabe de cada criança e do grupo, do seu contexto familiar e social;
- c) Agir, concretizando na sua acção as suas intenções educativas, adaptando-as às propostas das crianças e tirando partido das situações;
- d) Avaliar o processo e reformular a acção educativa se isso se tornar necessário;
- e) Comunicar o conhecimento que o educador tem da criança aos outros adultos que interagem com a criança;
- f) Articular a passagem da criança da Educação Pré-Escolar para o Ensino Básico.

**PERFIL DE COMPETÊNCIAS GERAIS A DESENVOLVER PELO ALUNO AO LONGO
DO
ENSINO BÁSICO**

1. Mobilizar saberes culturais, científicos e tecnológicos para compreender a realidade e para abordar situações e problemas do quotidiano;
2. Usar adequadamente linguagens das diferentes áreas do saber cultural, científico e tecnológico para se expressar;
3. Usar correctamente a língua portuguesa para comunicar de forma adequada e para estruturar pensamento próprio;
4. Usar línguas estrangeiras para comunicar adequadamente em situações do quotidiano e para apropriação de informação;
5. Adoptar metodologias personalizadas de trabalho e de aprendizagem adequadas a objectivos visados;
6. Pesquisar, seleccionar e organizar informação para a transformar em conhecimento mobilizável;
7. Adoptar estratégias adequadas à resolução de problemas e à tomada de decisão;
8. Realizar actividades de forma autónoma, responsável e criativa;
9. Cooperar com outros em tarefas e projectos comuns;
10. Relacionar harmoniosamente o corpo com o espaço, numa perspectiva pessoal e interpessoal promotora da saúde e da qualidade de vida.



COMPETÊNCIAS TRANSVERSAIS A DESENVOLVER PELO ALUNO AO LONGO DO ENSINO BÁSICO	
Competências transversais	Situações de aprendizagem
Método de trabalho e de estudo	<ul style="list-style-type: none"> - Participar em actividades e aprendizagens, individuais e colectivas, de acordo com regras estabelecidas; - Identificar, seleccionar e aplicar métodos de trabalho e de estudo; - Expressar dúvidas ou dificuldades; - Analisar a adequação dos métodos de trabalho e de estudo formulando opiniões, sugestões e propondo alterações.
Tratamento de informação	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisar, organizar, tratar e produzir informação em função das necessidades, problemas a resolver e dos contextos e situações.
Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> - Utilizar diferentes formas de comunicação verbal, adequando a utilização do código linguístico aos contextos e às necessidades; - Resolver dificuldades ou enriquecer a comunicação através da comunicação não verbal com aplicação das técnicas e dos códigos apropriados.
Estratégias cognitivas	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar elementos constitutivos das situações problemáticas; - Escolher e aplicar estratégias de resolução; - Explicitar, debater e relacionar a pertinência das soluções encontradas em relação aos problemas e às estratégias adoptadas.
Relacionamento interpessoal e de grupo	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer e actuar de acordo com as normas, regras e critérios de actuação pertinente, de convivência, trabalho, de responsabilização e sentido ético das acções definidas pela comunidade escolar nos seus vários contextos, a começar pela sala de aula.



8. PRINCÍPIOS ORIENTADORES PARA A AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGENS

8.1. Pré-escolar

Mecanismos de avaliação

Segundo o Despacho nº 5220/97, de 4 de Agosto - Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar *“avaliar o processo e os efeitos implica tomar consciência da acção para adequar o processo educativo às necessidades das crianças e do grupo e à sua evolução. A avaliação realizada com as crianças é uma actividade educativa, constituindo também uma base de avaliação para o educador. A sua reflexão, a partir dos efeitos que vai observando, possibilita-lhe estabelecer a progressão das aprendizagens a desenvolver com cada criança. Neste sentido, a avaliação é suporte do planeamento.”*

Por sua vez o Decreto-Lei nº 241/2001, de 30 de Agosto - Perfil Específico de Desempenho Profissional do Educador de Infância (II, ponto 3, alínea c) refere que *“o educador avalia, numa perspectiva formativa, a sua intervenção, o ambiente e os processos educativos adoptados, bem como o desenvolvimento e as aprendizagens de cada criança e do grupo”*.

Finalmente no documento *“Procedimentos e práticas organizativas e pedagógicas na avaliação na educação pré-escolar”*, da Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, Ministério da Educação, afirma-se que a avaliação em educação pré-escolar *“trata-se, essencialmente, de um processo contínuo e interpretativo que se interessa mais pelos processos do que pelos resultados e procura tornar a criança protagonista da sua aprendizagem, de modo a que vá tomando consciência do que já conseguiu e das dificuldades que vai tendo e como as vai ultrapassando”*. Acrescenta que compete ao Educador *“comunicar aos pais e encarregados de educação, bem como aos educadores /professores o que as crianças sabem e são capazes de fazer, através uma informação global escrita das aprendizagens mais significativas de cada criança, realçando o seu percurso, evolução e progressos”*.



A avaliação, em Educação Pré-Escolar, deve entender-se como um processo de recolha de informação pertinente, sobre cada criança e o grupo, obtida através de observação sistemática e contínua, posteriormente reflectida, permitindo ao educador tomar decisões que suportem a intencionalidade educativa que caracteriza a sua actividade profissional. Esta dinâmica desenvolve-se no sentido de adequar o processo educativo às necessidades da criança e do grupo e potenciar a progressão das suas aprendizagens, baseada nos fundamentos das **Orientações Curriculares**, tendo como indicadores:

- a) o desenvolvimento e aprendizagem como vertentes indissociáveis;
- b) o reconhecimento da criança como sujeito do processo educativo;
- c) a construção articulada do saber;
- d) a exigência de resposta a todas as crianças – **pedagogia diferenciada**.

O conhecimento do contexto familiar e do meio em que as crianças estão inseridas, torna-se importante no sentido de compreender as suas características adequando o processo educativo às suas necessidades. A observação contínua e o recurso às formas de registo das crianças serão sempre fundamentais.

O ambiente educativo e as situações e experiências de aprendizagem, devem levar à participação das crianças no processo de avaliação. Torna-se importante avaliar o processo e os efeitos de forma consciente adequando o processo educativo às necessidades de cada criança e do grupo e à sua evolução. Relativamente à avaliação do desenvolvimento e das aprendizagens de cada criança e do grupo, a avaliação poderá ser feita através de portefólio. Serão dadas informações globais das aprendizagens mais significativas aos pais e encarregados de educação, e, no final do ano lectivo, será entregue ao 1º C.E.B. uma comunicação escrita relativamente ao desenvolvimento, aprendizagem, percurso e evolução das crianças que irão transitar para o 1º ano.

Na Educação Pré-Escolar devem utilizar-se instrumentos diversos de avaliação, observando e recolhendo informação sobre as crianças e o ambiente, através de **registos escritos** e **planificação**, assim como definir os **objectivos gerais**, os **conteúdos** e as **estratégias**.

Relativamente ao ensino especial o processo de avaliação é conduzido pelo educador, envolvendo os docentes do ensino especial e os encarregados de educação, nos termos definidos na legislação em vigor. (Decreto – Lei nº 3/2008 de 7 de Janeiro).



8.2. Avaliação dos alunos do 1º, 2º e 3º ciclos

A avaliação é um processo dinâmico, contínuo e sistemático que acompanha o desenrolar do acto educativo. Para que se concretize de forma eficaz é necessário que incida sobre as aprendizagens e competências definidas no currículo nacional para as diversas áreas e disciplinas, de cada ciclo, considerando a concretização das mesmas no projecto curricular de turma. De modo a facilitar tal aplicação, estabelecem-se os seguintes princípios orientadores do processo de avaliação:

- Fundamentação do processo de avaliação em modos e instrumentos de análise dos conhecimentos, capacidades e atitudes dos educandos;
- Saber, Saber Fazer e Saber Estar;
- Valorização do percurso do aluno e progresso das suas aprendizagens;
- Garantia da qualidade do ensino;
- Primazia da função contínua e formativa da avaliação;
- Transparência do processo de avaliação, informando os alunos e Encarregados de Educação acerca do mesmo;
- Análise sistemática sobre os resultados das aprendizagens no final de cada período;
- Reflexão acerca da eficácia das metodologias aplicadas;
- Valorização da auto-avaliação;
- Articulação das avaliações com o perfil global do aluno no final de cada ciclo.



Objectivos

A avaliação visa:

- Apoiar o processo educativo, de modo a sustentar o sucesso de todos os alunos, permitindo o reajustamento dos projectos curriculares de escola e de turma, nomeadamente quanto à selecção de metodologias e recursos, em função das necessidades educativas dos alunos;
- Certificar as diversas competências adquiridas pelo aluno no final de cada ciclo e à saída do ensino básico;
- Contribuir para melhorar a qualidade do sistema educativo, possibilitando a tomada de decisões para o seu aperfeiçoamento e promovendo uma melhor confiança no seu funcionamento.

Domínios da Avaliação

A avaliação incide sobre as aprendizagens e competências definidas no currículo nacional para as diversas disciplinas ou áreas, considerando a concretização das mesmas no projecto curricular de escola e no projecto curricular de turma, por ano de escolaridade.

As aprendizagens ligadas a componentes do currículo nacional de carácter transversal ou de natureza instrumental, nomeadamente no âmbito da educação para a cidadania, da compreensão e expressão em língua portuguesa ou da utilização das tecnologias da informação ou comunicação, constituem objecto de avaliação em todas as áreas curriculares e disciplinas.

Intervenientes

São intervenientes neste processo:

- Professores titulares de turma no Pré-escolar e no 1º ciclo;
- Os professores responsáveis pela organização do ensino e aprendizagem;
- Os alunos, através da sua auto-avaliação;
- Os encarregados de educação;
- Os técnicos dos serviços especializados de apoio educativo;
- Os conselhos de docentes;
- Os conselhos de turma.



Modalidades

▪ Diagnóstica

Realiza-se no início de cada ano de escolaridade, devendo articular-se com estratégias de diferenciação pedagógica, de superação de eventuais dificuldades dos alunos, de facilitação da sua integração escolar e de apoio à orientação escolar e vocacional.

▪ Formativa

Assume um carácter contínuo e sistemático, traduzindo-se de forma descritiva. Recorre a uma variedade de instrumentos de recolha de informação, adequados à diversidade das aprendizagens e aos contextos em que ocorrem, nomeadamente através de fichas de trabalho, testes, relatórios, trabalhos de pesquisa e projecto. Esta modalidade de avaliação tem como função fornecer ao professor, ao aluno, ao encarregado de educação e aos restantes intervenientes informação sobre o desenvolvimento das aprendizagens e competências, de modo a permitir rever e melhorar os processos de trabalho.

▪ Sumativa

Consiste na formulação de uma síntese das informações recolhidas sobre o desenvolvimento das aprendizagens e competências (juízo globalizante) definidas para cada área curricular e disciplina, no quadro do projecto curricular de turma respectivo, dando uma atenção especial à evolução do conjunto dessas aprendizagens e competências.

A avaliação sumativa realiza-se no final de cada período lectivo, de cada ano lectivo e de cada ciclo. Sempre que se realiza uma avaliação sumativa, compete ao conselho de docentes/turma reanalisar o projecto curricular de turma, com vista à introdução de eventuais alterações ou apresentação de proposta para o ano lectivo seguinte.



8.3. Critérios Gerais de Avaliação

Critérios Gerais de Avaliação para o 1º Ciclo

A avaliação individual do aluno é um elemento fundamental do processo de ensino/aprendizagem. Considerando que o referido processo visa não só a aquisição de conhecimentos de natureza cultural e científica, como o desenvolvimento de competências, de atitudes e de valores susceptíveis de favorecer a adaptação equilibrada do aluno ao seu ambiente, a avaliação proposta pela escola deve contemplar todos estes domínios. Tendo em conta a legislação que vigora (Decreto Lei nº 6/2001, de 18 de Janeiro de 2001) o domínio da língua materna constitui uma aprendizagem transversal particularmente importante, que deverá influenciar a avaliação do aluno em todas as áreas curriculares e não curriculares do 1º Ciclo do Ensino Básico.

Explicitação dos Critérios de Avaliação

Competências Essenciais/Transversais Áreas Curriculares Disciplinares (70%)	Atitudes/Valores Responsabilidade e empenho (30%)
<p>Língua Portuguesa</p> <ul style="list-style-type: none"> • Expressão Oral Comunica de forma perceptível e oportuna utilizando, progressivamente, vocabulário adequado. • Leitura Adquire progressivamente, técnicas de leitura de forma a dominar correctamente o acto de ler. • Expressão Escrita Escreve progressivamente com correcção ortográfica de forma autónoma, criativa e sequencial. • Conhecimento Explícito Conhece e aplica aspectos fundamentais da estrutura e funcionamento da Língua a partir de situações de uso. 	<p>Demonstra respeito pelos outros, pelas regras de funcionamento e de convivência dentro e fora da escola, tendo em conta as normas de disciplina vigentes.</p> <p>Demonstra tolerância, solidariedade, cooperação, sentido ético e consciência cívica e moral.</p> <p>Demonstra responsabilidade progressiva. Revela-se assíduo e pontual.</p>



<p>Matemática Domina progressivamente o cálculo mental. Recorre ao algoritmo como recurso auxiliar de cálculo. Resolve situações problemáticas aritméticas e não aritméticas: Lê, escreve, compõe e decompõe números progressivamente, relacionando-os entre si. Conhece e utiliza progressivamente, as várias grandezas e medidas, relacionando-as entre si.</p> <p>Estudo do Meio Conhece e interage com o meio envolvente, partindo daí para o conhecimento de outras realidades mais abrangentes. Pesquisa, compreende, adquire e aplica progressivamente conhecimentos diversos.</p> <p>Áreas Curriculares Não Disciplinares Demonstra ter: Iniciativa, interesse, persistência, curiosidade, espírito crítico e autonomia.</p>	<p>Revela empenho e concentração/atenção nas actividades propostas e na apresentação e organização das tarefas. Demonstra capacidade de auto e hetero-avaliação.</p>
--	---

Deve ponderar-se ainda:

- **Níveis de desempenho de competências essenciais em cada ano;**
- **Contexto familiar sócio-económico;**
- **Adequação do desenvolvimento psicológico, sócio-afectivo e moral do aluno à sua idade;**
- **Programa educativo individual quando existir;**
- **Avaliação formativa, contínua e sumativa de final de período.**



Crítérios Gerais de Avaliação para o 2º e 3ºciclos

Competências Transversais		
Competências de Conhecimento e Acção		Atitudes e Valores
- Estratégias cognitivas	- Métodos de trabalho e de estudo; - Tratamento de informação.	- Comunicação; -Relacionamento interpessoal e de grupo.

Competências Gerais	
Competências de Conhecimento e Acção 70%	Atitudes e Valores 30%
<ul style="list-style-type: none"> - Mobilizar saberes culturais, científicos e tecnológicos para compreender a realidade e para abordar situações e problemas do quotidiano; - Usar adequadamente linguagens das diferentes áreas do saber cultural, científico e tecnológico para se expressar; - Usar correctamente a língua portuguesa para comunicar de forma adequada e para estruturar o pensamento próprio; - Usar línguas estrangeiras para comunicar adequadamente em situações do quotidiano e da apropriação de informação; - Adoptar metodologias personalizadas de tratamento e de aprendizagem adequadas a objectivos visados; - Pesquisar, seleccionar e organizar informação para a transformar em conhecimento mobilizável; - Relacionar, harmoniosamente, o corpo com o espaço, numa perspectiva pessoal e interpessoal promotora de saúde e de qualidade de vida. 	<ul style="list-style-type: none"> - Adoptar estratégias adequadas à resolução de problemas e à tomada de decisões; - Cooperar com os outros em tarefas e projectos comuns; - Realizar actividades de forma autónoma, responsável e criativa.



8.4. Terminologia de Classificação

1º Ciclo

A avaliação é feita globalmente de forma qualitativa obedecendo aos seguintes parâmetros: **Não Satisfaz, Satisfaz Pouco, Satisfaz, Bom e Muito Bom.**

A Área de Projecto terá uma menção qualitativa de **Não Satisfaz / Satisfaz / Satisfaz Bem.**

2º e 3º ciclos

As fichas de avaliação e outros trabalhos escritos, avaliados pelo professor, deverão conter uma menção qualitativa de acordo com a seguinte correspondência percentual:

0 - 19	20 - 49	50 - 54	55 - 69	70 - 74	75 - 89	90 - 100
Muito Fraco	Não Satisfaz	Satisfaz Pouco	Satisfaz	Satisfaz Mais	Bom	Muito Bom

No final de cada período (três momentos) é feita a avaliação quantitativa de **1 a 5.**

As Área Curriculares Não Disciplinares têm uma menção qualitativa de **Não Satisfaz / Satisfaz / Satisfaz Bem.**



8.5. Situações especiais de avaliação

O caso das disciplinas semestrais, Cursos de Educação e Formação para Adultos e dos Currículos Específicos Individuais no âmbito do Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de Janeiro.

No 3º ciclo, a avaliação sumativa interna das disciplinas de organização semestral de Educação Tecnológica e Música, processa-se do seguinte modo:

Para atribuição das classificações, o Conselho de Turma reúne extraordinariamente no final do 1º semestre, e ordinariamente no final do 3º período; a classificação atribuída no 1º semestre fica registada em acta e, à semelhança das classificações das outras disciplinas está sujeita a ratificação do Conselho de Turma de Avaliação no final do 3º período; no final do 1º e 2º períodos, a avaliação assume carácter descritivo, para as disciplinas que se iniciam no 1º e 2º semestres, respectivamente.

Os alunos abrangidos pela modalidade de Ensino Especial, que tenham no seu Programa Educativo Individual as condições especiais de avaliação, devidamente explicitadas e fundamentadas, são avaliados nos termos definidos do programa.

Nos Cursos de Educação e Formação para Adultos a avaliação incide sobre as aprendizagens efectuadas e competências adquiridas, de acordo com os referenciais de formação aplicáveis.



8.6. Efeitos da Avaliação

A avaliação sumativa dá origem a uma tomada de decisão sobre a progressão ou retenção do aluno, expressa através das menções, respectivamente, de *Transitou/ Não Transitou* no final de cada ano, e de *Aprovado/Não Aprovado* no final de cada ciclo.

A decisão de progressão baseia-se em critérios pedagógicos, numa lógica de ciclo e deve ser tomada pelo professor, ouvido o competente Conselho de Docentes, no 1º ciclo ou o Conselho de Turma, nos 2º e 3º ciclos, sempre que se verifique uma das seguintes situações:

- a) Nos anos terminais de ciclo, o aluno desenvolveu as competências necessárias para prosseguir com sucesso os seus estudos no ciclo ou nível de escolaridade subsequente, salvaguardando-se a situação específica do 9º ano;
- b) Nos anos não terminais de ciclo, as competências demonstradas pelo aluno permitem o desenvolvimento das competências essenciais definidas para o final do respectivo ciclo.



9. ESTRATÉGIAS DE ARTICULAÇÃO/TRANSIÇÃO

9.1. Articulação entre a Educação Pré-escolar e 1º Ciclo

A articulação entre as várias etapas do percurso educativo implica uma sequencialidade progressiva, conferindo a cada etapa a função de completar, aprofundar e alargar a etapa anterior, numa perspectiva de continuidade e unidade global da educação / ensino.

Aos Educadores de Infância e Professores do 1º C.E.B. compete ter uma atitude proactiva na procura desta continuidade / sequencialidade, não deixando de afirmar a especificidade de cada etapa, porém criando condições para uma articulação co-construída escutando pais, os profissionais, as crianças e as suas perspectivas.

A planificação conjunta é condição determinante para a transição das crianças da Educação Pré-Escolar para o 1º C.E.B. ainda que relativamente uniforme em termos de idade, revela grande diferença, quanto ao número de anos de frequência da Educação Pré-Escolar e quanto à situação em que cada um se encontra. O sucesso da sua integração na escolaridade obrigatória cabe ao Educador, em conjunto com o Professor do 1º C.E.B., proporcionar à criança uma situação de transição facilitadora da continuidade educativa. Esta transição envolve estratégias de articulação que passam não só pela valorização das aquisições feitas pela criança no Jardim-de-Infância, como pela familiarização com as aprendizagens escolares formais.

O Processo Individual da criança que a acompanha na mudança da Educação Pré-Escolar para o 1º C.E.B., assume particular relevância, enquanto elemento facilitador da continuidade educativa. Nessa perspectiva, sugerem-se, a título de exemplo, algumas estratégias facilitadoras de articulação organizadas e realizadas conjuntamente pelo Jardim-de-Infância e pela Escola do 1º C.E.B.

- a) Momentos de **diálogo/reuniões** envolvendo docentes, encarregados de educação e crianças, para troca de informações sobre como se faz e se aprende no Jardim-de-Infância e na Escola do 1º CEB;
- b) **Planificação** e desenvolvimento de **projectos/actividades** comuns a realizar ao longo do ano lectivo que impliquem a participação dos educadores, professores do 1º CEB e respectivos grupos de crianças;
- c) Organização de **visitas** guiadas à **Escola** do 1º CEB e ao Jardim-de-Infância pelos docentes e crianças como meio de colaboração e conhecimento mútuo;



-
- d)** No final do ano lectivo, dentro do mesmo Agrupamento, educador e professor do 1º ano do 1º CEB do mesmo Agrupamento/Instituição devem **articular estratégias** no sentido de promover **a integração da criança** e o acompanhamento do seu percurso escolar;
 - e)** Organizar **visitas** guiadas à Escola do 1º C E B com pais e crianças que vão frequentar o 1º ano, para conhecimento da dinâmica e do funcionamento da Escola;
 - f)** Realizar **reuniões** entre educador e professor para troca de informações sobre o trabalho desenvolvido no Jardim-de-Infância de modo a que o professor ao construir o seu Projecto Curricular de Turma, possa assegurar a continuidade e sequencialidade do percurso escolar das crianças;
 - g)** Partilha de informações sobre o 1º ano de escolaridade das crianças que transitaram do Jardim-de-Infância para o 1º C E B, de modo a que ao acompanhar o seu percurso, o educador possa continuar a articular tendo em vista o sucesso escolar da criança.



9.2. Articulação entre o 1º Ciclo e o 2º Ciclo/3º Ciclo

A articulação horizontal e vertical faz-se nas diferentes Estruturas de Orientação Educativa coordenadas pelo Conselho Pedagógico, operacionalizando-se nomeadamente através da execução do Plano Anual de Actividades e Projectos Curriculares de Turma, nos planos de acção escolar e planificações das disciplinas e dos departamentos.



10. AVALIAÇÃO DO PROJECTO CURRICULAR DE AGRUPAMENTO

A avaliação do Projecto Curricular de Agrupamento deverá ter um carácter **permanente** e **sistemático** de modo a permitir uma constante actualização em função das necessidades do meio escolar e extra-escolar envolvente. A tarefa de constante reformulação cabe a todos os intervenientes dessa responsabilidade, nomeadamente, a um nível mais formal, ao Conselho Pedagógico.

O Projecto é avaliado no final do ano lectivo por todas as estruturas de Orientação Educativa do Agrupamento e no Conselho Pedagógico.

A avaliação congrega a avaliação parcelar de todas as medidas do Plano de Intervenção, e ainda a avaliação final global dos indicadores de Promoção do ensino de Qualidade estabelecidos.